

GROPPO, LUIS ANTÔNIO. AUTOGESTÃO, UNIVERSIDADE E MOVIMENTO ESTUDANTIL. CAMPINAS, SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2009.

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

Graduando em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Contato:

pablo.mateus@hotmail.com

Histórico e implicações do modelo de autogestão dentro do movimento estudantil

Luis Antônio Groppo é bacharel em ciências sociais, com doutorado na mesma área. No seu percurso de pesquisador, é possível perceber o seu aprofundamento nas questões que envolvem a educação sócio-comunitária. Seguindo esta proposta investigativa, o autor produz o livro intitulado *Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil*. Nesta obra, são trabalhadas diversas temáticas que englobam o processo educativo no âmbito da autogestão, dentre elas: juventude, movimentos sociais, modelos administrativos e história dos modelos universitários.

O livro revela um conteúdo investigativo, na medida em que o autor levanta dados históricos e realiza análises de cunho sociológico. Entretanto, no decorrer da leitura, percebe-se que, para além do registro dos fatos e da explanação acerca das organizações políticas que envolveram as lutas estudantis em busca de um modelo educativo mais autônomo, há um claro objetivo prospectivo, através do qual o autor visa idealizar um modelo educacional mais libertador, e incita o leitor a refletir acerca deste modelo.

Seguindo uma lógica didática, o livro é organizado em quatro capítulos e conclusão, a saber: Capítulo 1: *Autogestão*; Capítulo 2: *Universidade e Movimento Estudantil*; Capítulo 3: *Movimento Estudantil e Autogestão*; Capítulo 4: *Autogestão e Neoliberalismo*.

O primeiro capítulo do livro é intitulado *Autogestão*. Nele, o autor esboça questões conceituais que serão mais aprofundadas nos capítulos seguintes. Uma delas é a diferenciação do que significa autogestão para o neoliberalismo, diferenciando o significado do termo para as correntes anarquistas. Segundo o autor, o neoliberalismo deturpa o conceito original de autogestão, fornecendo a ele uma lógica mercadológica que nada tem a ver com a fundamentação original, que traz a autonomia da coletividade como

primazia. Ainda tratando das contribuições das correntes que iniciaram as discussões acerca da autogestão, além da já citada corrente anarquista, o autor relata que o socialismo preconizado por correntes marxistas forneceu ideal de classe e coletividade que foram mobilizadoras para os movimentos sociais que adotaram a autogestão como método e/ou objetivo.

Ainda neste capítulo, um exemplo é citado para ilustrar a aplicação prática da autogestão no contexto socialista: o caso da Iugoslávia. Neste caso, o governo liderado por Tito buscou reorganizar o modelo de produção da nação, incentivando a criação de cooperativas de trabalhadores que funcionariam de modo relativamente autônomo, obedecendo às diretrizes propostas pelo Estado, que permanecia centralizado. A grande burocratização vista nesta situação é apontada como principal razão pelo fracasso da Iugoslávia cooperativista.

Ao longo do capítulo, o autor passeia por outros conceitos que aparecem com frequência no decorrer do livro: cooperativismo, controle operário, associação, mercado, contrato e cogestão estão entre os principais.

No segundo capítulo, *Universidade e Movimento Estudantil*, o autor faz uma retrospectiva da história das universidades e dos modelos que elas aplicaram, ao longo do tempo. Fica claro, no capítulo, que a universidade sempre se coloca como reflexo da realidade política vigente, e define suas metas e práticas a partir desta realidade. Nos períodos de guerra, por exemplo, a universidade se volta para a técnica e para o produtivismo, e isso incomoda a categoria estudantil crítica.

O capítulo aborda em primazia o que ficou conhecido como “Maio de 68” – período que sustentou o ápice das movimentações estudantis pelo mundo, em especial, nos Estados Unidos e Europa. Os estudantes passam a contestar o real papel da universidade, pondo em pauta a sua função perante a socie-

dade (que deveria ir além do simples fornecimento de força de trabalho). Contestam também o modelo hierarquizado de gestão universitária (é neste ponto que é cobrada uma participação da categoria discente na tomada de decisão). Neste movimento, foram postas em debate algumas dicotomias sustentadas pelo padrão universitário, como: "alta cultura x cultura popular" e "formação para educação x formação para o trabalho". Vale destacar que toda essa discussão não se restringiu à categoria estudantil, pois se estende ao operariado, que compartilha dos ideais de autogestão e revela descontentamento em relação às empresas.

Aprofundando-se na temática estudantil, o capítulo 3, *Movimento Estudantil e Autogestão*, aborda os ideais vividos por aqueles que encabeçaram as revoltas nos anos 60. Além do anarquismo – e dentre os seus temas, a autogestão – os estudantes também se mostravam partidários de propostas socialistas, sempre levando em consideração o fim das desigualdades de poder nos ambientes universitários.

Dentre os exemplos expostos, o autor cita um caso emblemático e decisivo para a tomada de força dos estudantes, na luta pela emancipação. Na universidade de Berkeley, a administração central passou a proibir que ocorressem, na instituição, discussões acerca do comunismo e de "temas controversos". Este ato desagradou a categoria discente, que se via lesada pela proibição. Logo passaram a ocorrer protestos frequentes que tiveram adesão de estudantes e não estudantes. A universidade revidou com suspensões e com a convocação da força policial. A partir dos acontecimentos, os estudantes organizaram-se e criaram o *Movimento pela Livre Expressão (Free Speech Movement)*, que ganhou importância histórica por propagar as bandeiras de reforma universitária, ética e autonomia estudantil.

Os movimentos ganharam força e, gradualmente, os estudantes foram ganhando poder de decisão nas universidades, mas, na maioria dos casos, não na forma de organização autogerida, e sim em espaços cogeridos formados paritariamente pelos segmentos universitários. É importante ressaltar que este não era o objetivo principal de grande parte dos estudantes, que via o modelo de cogestão como um apaziguador dos debates discentes e que não contemplavam a democracia buscada *a priori*.

O quarto capítulo – *Autogestão e Neoliberalismo* – aborda, de forma crítica, como o Estado neoliberal se apropriou e alterou o conceito dos ideais de autogestão expressos pelo operariado. Desde as primeiras experiências cooperativistas, a classe trabalhadora baseava-se nas necessidades comunitárias. Mais tarde, o sistema capitalista se apropria de

certas características do funcionamento das cooperativas em busca de objetivos próprios (acumulação e produtivismo).

Neste capítulo, fica clara a postura do autor acerca das práticas capitalistas e sobre como este sistema enfraqueceu os movimentos de classe, com práticas muitas vezes sorrateiras. Como exemplo, podemos considerar a postura de algumas empresas em delegar certo poder de fiscalização e decisão a alguns funcionários, o que faz lembrar o sistema de cogestão, devido à participação efetiva do trabalhador nos processos de trabalho. Entretanto, é ressaltado no livro que esta prática não reflete o que se prega nas correntes socialistas e anarquistas acerca da autonomia do operário, pois o coloca em uma posição que reafirma, por exemplo, a hierarquização.

Buscando elucidar a flexão do termo "autogestão" pelo capitalismo, o autor organiza a explicação da seguinte maneira: nas correntes socialistas e anarquistas, "autogestão" assume um sentido libertário. É vida pessoal - e coletiva - conduzindo a gestão social. No neoliberalismo, ocorre uma inversão. O meio social é ofuscado pelo mercado, e a gestão pessoal – autogestão - é conduzida em função deste meio.

Em se tratando do paradigma capitalista há como exemplo o modelo toyotista de gestão, que prevê uma organização de trabalhadores exercendo suas funções em células de produção. Estas células funcionam de modo relativamente autogerido, e os trabalhadores são responsáveis pela tomada de decisões internas e execução de tarefas, porém permanecem submissos a uma chefia maior. Entretanto, neste modelo há claramente a submissão do trabalho ao mercado, já que as empresas adotam esta forma de organização visando alcançar aumento da produção e, conseqüentemente, mais-valia. Para tanto, os trabalhadores se veem incumbidos a gerar resultados, impulsionados por estratégias motivacionais como a necessidade apresentar sempre melhores resultados – que são facilmente associáveis a cada célula – e o estímulo à competitividade entre as células.

Já no modelo socialista e anarquista de autogestão, a acumulação de bens não existe como foco. O objetivo é libertário e a não existência de claras hierarquias que reafirmam as distinções entre patrões e empregados nos ambientes produtivos e de tomada de decisão sugere uma ausência de exploração de classe.

No capítulo de conclusão, há uma retomada do processo histórico envolvendo as universidades, o movimento estudantil e a autogestão, bem como dos demais espaços nas quais esta temática foi trabalhada. São citados pontos que foram tratados nos

movimentos da década de 60 do século XX e que são vistos hoje nos processos pedagógicos universitários. O autor também reafirma seu posicionamento favorável à educação baseada na autogestão e justifica que essa forma de organização não é utópica, sendo possível e frutífera, quando bem pensada e efetuada. Entretanto, põe as concepções do socialismo heterodoxo como contraponto a esta ideia ampliada de autogestão. Dentro desta corrente socialista, só a classe operária pode exercer um papel protagonista em um processo revolucionário, o que enfraquece a proposta do “poder estudantil” enquanto força motriz para uma revolução estrutural.

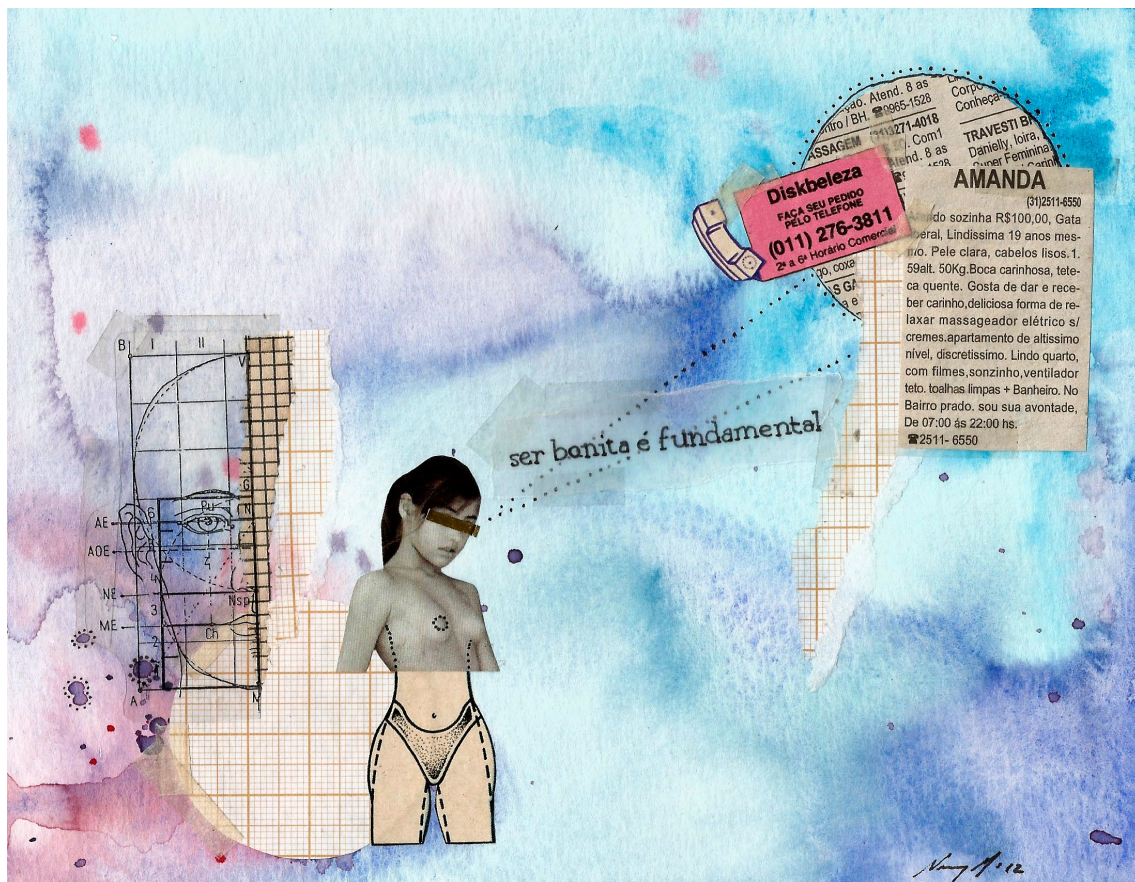
Por esboçar um conteúdo histórico, e em função da extensa pesquisa realizada para a composição do livro, o autor se preocupa em trazer diversos exemplos no decorrer do texto. Os exemplos não são unilaterais e assumem importante função de localização histórica e espacial dos fatos relatados.

É importante notar que, apesar de o autor defender a bandeira da autogestão, ele não deixa de trazer situações nas quais este ideal foi aplicado de maneira pouco crítica ou submissa a estruturas que refreavam o processo gerando ações fracassadas no

que diz respeito à revolução pedagógica visada pelos defensores desse modelo gestor. Como exemplo: o modelo de cooperativas da Iugoslávia; as instituições francesas que adotaram modelos com comissões paritárias, compostas por alunos e professores, tendendo mais à cogestão que à autogestão; e as universidades americanas que adotaram o modelo de “universidades livres”, afastando-se exponencialmente dos debates socioeconômicos e adentrando no campo *hippie* da contracultura.

Apesar de o título da obra sugerir o enfoque na temática da educação, vários temas paralelos são trabalhados no decorrer do texto. Neste processo, há o esforço em se mostrar a associação dialética que existe entre, por exemplo, a classe operária, os modelos econômicos e a categoria estudantil. Assim, apesar da amplitude de temáticas esboçadas ser maior do que o título revela, o exposto não deixa de fazer sentido ao leitor.

Atento à proposta do resgate histórico e da discussão sociológica sobre os vários espaços e movimentos que adotaram a autogestão como postura teórica e/ou prática, englobando aí os grupos estudantis mais ou menos organizados, a universidade, as



Nancy Mora

empresas e os sindicatos, pode-se considerar que o autor foi exitoso em suas colocações.

O livro traz um conteúdo que – apesar de delimitado – permite o surgimento de críticas e reflexões acerca dos acontecimentos históricos, bem como associações com a realidade recente. Ainda que sutilmente, o autor propõe que o leitor observe o contexto universitário atual e compreenda os aspectos que foram fruto das mobilizações que ganharam força na década de 60 do século XX e estimularam outros grupos políticos desde então.

Considerando todas as discussões teóricas e práticas trazidas no livro, bem como a relevância da

temática (em especial, em tempos como hoje, em que há mais espaços de crítica e reconstrução dos modelos pedagógicos), esta leitura pode ser considerada essencial tanto para professores acadêmicos, quanto para estudantes, participantes ou não de movimentos sociais. Apesar da democratização que ocorreu nas universidades, como relatada na obra, ainda é difícil aplicar novas propostas educativas, principalmente porque algumas ideias são pouco debatidas. Expandir o conhecimento acerca da autogestão e dos ideais de autonomia que ela propõe acaba sendo enriquecedor para todos os envolvidos no processo educativo (de dentro e de fora da universidade).

Recebida em 07/01/2016

Aprovada em 27/03/2016